ANEXO

Instituto Superior Miguel Torga

Curso de especialização em Aconselhamento Dinâmico

Grau de mestre

QUADRO

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Unidades de crédito	Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios		
Teorias do Aconselhamento Dinâmico	1.º semestre	30				2	
Aconselhamento Dinâmico Individual	1.º semestre	30				2	
Psicopatologia Geral	1.º semestre	30				2	
Opção	1.º semestre	30				2	(*)
Supervisão em Aconselhamento	2.º semestre	30				2	
Aconselhamento Dinâmico de Grupo	2.º semestre	30				2	
A Abordagem Construtivista no Aconselhamento	2.º semestre	30				2	
Opção	2.º semestre	30				2	(*)

(*) Nos termos a regulamentar pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

Portaria n.º 316/2003

de 17 de Abril

A requerimento da ISSSCOOP — Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social, C. R. L., autorizada, pela Portaria n.º 829/91, de 14 de Agosto, a ministrar em Beja o curso de licenciatura em Serviço Social, ao abrigo do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto);

Considerando o disposto nas Portarias n.ºs 793/89, de 8 de Setembro, e 829/91, de 14 de Agosto;

Instruído, organizado e apreciado o respectivo processo nos termos do artigo 67.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março);

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;

Considerando o disposto no n.º 5 do artigo 53.º do Estatuto;

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior, o seguinte:

1.º

Plano de estudos

O plano de estudos do curso de licenciatura em Serviço Social que a ISSSCOOP — Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social, C. R. L., se encontra autorizada a ministrar em Beja ao abrigo da Portaria

n.º 829/91, de 14 de Agosto, passa a ser o constante do anexo à presente portaria.

2.º

Unidades curriculares de opção

O elenco de unidades curriculares de opção a oferecer é fixado pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

3.º

Duração do ano e semestre lectivos

1 — O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.

2 — O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

4.º

Transição

As regras de transição entre o anterior e o novo plano de estudos são fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

5.º

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 2002-2003, inclusive.

O Ministro da Ciência e do Ensino Superior, *Pedro Lynce de Faria*, em 31 de Março de 2003.

ANEXO

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (Beja)

Curso de Serviço Social

Grau de licenciado

QUADRO N.º 1

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Sociologia Geral	Anual	3				
História das Instituições Sociais e do Serviço Social	1.º semestre	3				
Antropologia Cultural	1.º semestre	3				
Introdução à Psicologia	1.º semestre	3				
Economia	1.º semestre	3				
Noções Gerais de Direito	1.º semestre	3				
Teoria e Metodologia do Serviço Social I	2.º semestre	3				
Métodos e Técnicas de Investigação Social I	2.º semestre	3				
Psicologia do Desenvolvimento	2.º semestre	3				
Economia Portuguesa e Europeia	2.º semestre	3				
Direito de Família e de Menores	2.º semestre	3				
Observatório da Realidade Social	2.º semestre		2			
Estatística para as Ciências Sociais	2.º semestre	3				

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Teoria e Metodologia do Serviço Social II	Anual	3				
Política Social I	Anual	3				
Métodos e Técnicas de Investigação Social II	Anual		3			
Sociologia da Organização Social	1.º semestre	3				
Demografia	1.º semestre	3				
Psicologia Social	1.º semestre	3				
Economia Social	1.º semestre	3				
Sociologia da Vida Quotidiana	2.º semestre	3				
Análise de Dados	2.º semestre	3				
Comunicação em Grupos Restritos	2.º semestre	2				
Concepção e Gestão de Projectos Sociais	2.º semestre	3				
Observatório de Intervenção Social	2.º semestre		2			

QUADRO N.º 3

3.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Teoria e Metodologia do Serviço Social III	Anual	3				
Seminário de Intervenção em Serviço Social I	Anual				3	
Política Social II	1.º semestre	3				
Sociologia do Desenvolvimento	1.º semestre	3				
Psicologia das Organizações	1.º semestre	3				
Sistemas de Informação e Multimédia para Intervenção Social	1.º semestre		3			
Administração Social	2.º semestre	3				
Atelier de Comunicação	2.º semestre		2			
Estágio	2.º semestre				14	
Ética e Deontologia do Serviço Social	2.º semestre	3				

QUADRO N.º 4

4.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Seminário de Intervenção em Serviço Social II	Anual				3	(*)
Estágio	Anual				18	
Investigação em Serviço Social	1.º semestre	3				
Opção	1.º semestre	2				
Opção	2.º semestre	2				
Trabalho Final de Curso	—					

(*) Nos termos a regulamentar pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Portaria n.º 317/2003

de 17 de Abril

O anteprojecto da Lei das Artes Cinematográficas e Audiovisuais e o respectivo decreto-lei regulamentar encontram-se em fase de análise e discussão pelos agentes dos sectores do cinema e do audiovisual.

Não obstante estar em curso este processo de alteração da legislação aplicável ao sector cinematográfico, não deve ficar prejudicada a prossecução das actividades do ICAM e, conseqüentemente, o apoio às actividades que lhe compete assegurar.

Assim, há que proceder à abertura dos concursos relativos aos apoios financeiros na área da produção cinematográfica com base em novas regras e critérios, por forma a torná-los mais céleres, transparentes e rigorosos.

As bases normativas dos sistemas de apoio financeiro — selectivo e directo — à produção cinematográfica de filmes de longa metragem de ficção, de curta metragem de ficção e de filmes de longa metragem de ficção que constituam a primeira obra cinematográfica foram aprovadas pelas Portarias n.ºs 255/2001, de 24 de Março, 482/2001, de 10 de Maio, 1168/2001, de 4 de Outubro, e 481/2001, de 10 de Maio, respectivamente.

A regulamentação a aprovar pela presente portaria junta num único diploma o regime que se encontra actualmente disperso e introduz algumas inovações relativamente ao quadro legal vigente, que se traduzem nomeadamente na modificação dos critérios de selecção, na redução dos prazos e na alteração da entidade decisória da atribuição dos apoios por forma a garantir maior independência e imparcialidade nas decisões.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 350/93, de 7 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Cultura, o seguinte:

1.º É aprovado o Regulamento de Apoio Financeiro à Produção Cinematográfica de Filmes de Longa Metragem de Ficção e de Curta Metragem de Ficção, anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º São revogadas as Portarias n.ºs 255/2001, de 24 de Março, 481/2001, de 10 de Maio, 482/2001, de 10 de Maio, e 1168/2001, de 4 de Outubro, sem prejuízo da sua aplicação aos processos de apoio financeiro aprovados ao seu abrigo.

3.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pelo Ministro da Cultura, *José Manuel Amaral Lopes*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura, em 31 de Março de 2003.

REGULAMENTO DE APOIO FINANCEIRO À PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DE FILMES DE LONGA METRAGEM DE FICÇÃO E DE CURTA METRAGEM DE FICÇÃO.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento estabelece as bases normativas do sistema de apoio financeiro à produção cinematográfica de filmes de longa metragem de ficção e de curta metragem de ficção, incluindo as que constituam a primeira obra de longa metragem cinematográfica do respectivo realizador, a atribuir pelo Ministério da Cultura, através do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, adiante designado por ICAM.

2 — Para os efeitos do presente Regulamento é aceite como primeira obra a segunda longa metragem do mesmo realizador.

Artigo 2.º

Articulação com outros sistemas de apoio

1 — O sistema específico regulado no presente diploma não exclui a possibilidade de acesso das obras cinematográficas nele contempladas aos sistemas gerais de apoio financeiro previstos em legislação aplicável.

2 — A mesma obra não pode beneficiar cumulativamente de outros sistemas diferentes de apoio financeiro à produção, excepto se se tratar de apoio financeiro automático.

Artigo 3.º

Requerentes e beneficiários

Podem candidatar-se e beneficiar do apoio financeiro a conceder no âmbito do presente Regulamento os produtores cinematográficos.